



Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente

BAHIA FERROVIAS S.A.

A solid orange shape in the bottom right corner of the page, partially cut off by the edge.

Índice

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Composição da diretoria e gerência financeira	25

Relatório da administração

31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

Contexto

A Bahia Ferrovias S.A. (“BAMIN Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agencia Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, 15º andar, Pituba, Salvador - Bahia - Brasil.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional, e vem despendendo seus recursos em estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Anteriormente à concessão, o empreendimento FIOLEF-334/BA, estava sendo executado pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura - MINFRA. O projeto completo

da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (“FIOLE”) compreende o trecho entre Ilhéus/BA e Figueirópolis /TO, numa extensão de 1.527 km. O trecho subconcessionado, situa-se no Estado da Bahia, entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, e tem extensão de 537 km (“FIOLE 1”).

A prontidão para dar início às operações da FIOLE 1 está contratualmente previsto para setembro de 2026, cinco anos após a assinatura do contrato de subconcessão, sendo o contrato válido por 35 anos, da data de sua assinatura, não postergável.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 20.029 e apresentou capital circulante líquido no montante de R\$ 245.395. A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG S.á r.l. (“Grupo ERG”), através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 266.557.000 (duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 266.557.

Continuidade operacional

Apesar de vários desafios relacionados ao COVID-19, em 2021, a Companhia tomou medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o **(a)** trabalho em casa para as áreas administrativas, **(b)** implementação do horário flexível para as áreas não fechadas, **(c)** limpeza rigorosa dos locais de trabalho, **(d)** distribuição de equipamentos de proteção individual, **(e)** testes constantes de todos os colaboradores e terceirizados e **(f)** medição da temperatura corporal. A Companhia avalia que que não houve impactos e/ou eventos, relacionados a ao COVID 19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia, bem como o seu futuro operacional.

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício durante o período de 19 de julho (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021 e até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2021 encontram-se a seguir indicados.

Sergio Leite
Diretor Presidente

Gustavo Cota
Diretor

Eduardo Ledsham
Diretor

Alexandre Aigner
Diretor Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Bahia Ferrovias S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19 de julho (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19 de julho (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa



opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Balanço patrimonial

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	256.970
Despesas antecipadas	6	2.466
		259.436
Não circulante <i>Realizável a longo prazo</i>		
Tributos a recuperar		390
		390
Imobilizado	7	743
Direito de uso	8	32.730
		33.473
Total do ativo		293.299
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	9	4.966
Obrigações fiscais e sociais	10	1.778
Partes relacionadas	11	7.297
		14.041
Total do passivo		14.041
Patrimônio líquido		
Capital social	12 (a)	266.557
Adiantamento para futuro aumento de capital	12 (b)	32.730
Prejuízos acumulados		(20.029)
		279.258
Total do passivo e patrimônio líquido		293.299

Demonstração do resultado

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2021
Despesas gerais e administrativas	13	(26.229)
Prejuízo operacional		(26.229)
Receitas financeiras		6.209
Despesas financeiras		(9)
Resultado financeiro	14	6.200
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.029)
Impostos sobre o lucro		-
Prejuízo do período		(20.029)

Demonstração do resultado abrangente

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	2021
Prejuízo do período	(20.029)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente	(20.029)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 19 de julho de 2021		-	-	-	-
Integralização de capital	12 (a)	266.557	-	-	266.557
Adiantamento para futuro aumento de capital	12 (b)	-	32.730	-	32.730
Prejuízo do período		-	-	(20.029)	(20.029)
Em 31 de dezembro de 2021		266.557	32.730	(20.029)	279.258

Demonstração dos fluxos de caixa

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(20.029)
Variações no capital circulante		
Despesas antecipadas		(2.466)
Tributos a recuperar		(390)
Fornecedores		4.966
Obrigações fiscais e sociais		1.778
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(16.141)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	7	(743)
Aquisição de direito de uso	8	(32.730)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(33.473)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	12 (a)	266.557
Adiantamento para futuro aumento de capital	12 (b)	32.730
Recebimentos de partes relacionadas	11	7.297
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		306.584
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		256.970
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		256.970

Notas explicativas às demonstrações contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Bahia Ferrovias S.A. (“BAMIN Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agencia Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, 15º andar, Pituba, Salvador - Bahia - Brasil.

(a) Contrato de subconcessão

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o contrato de subconcessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (EF-334/BA), entre a União, representado pela ANTT, a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

(“VALEC”), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL EF-334/BA, estava sendo executado pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura - MINFRA. O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre Ilhéus/BA e Figueirópolis /TO, numa extensão de 1.527 km. O trecho subconcessionado, situa-se todo no Estado da Bahia, no trecho compreendido entre Ilhéus e Caetité, e tem extensão de 537 km (“FIOL 1”).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em fase pré-operacional, e vem despendendo seus recursos em estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. O prazo previsto em contrato para finalização das obras, e consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. Assim, em setembro de 2026, a Companhia tem por obrigação contratual ter cumprido com todos os requisitos e condições de forma a possibilitar a operação da FIOL 1.

A Companhia efetuou o pagamento da outorga fixa, no valor de R\$ 32.730. A outorga variável deverá ser paga trimestralmente, correspondendo a 3,43% da receita bruta de subconcessão.

(b) Impactos do Covid-19 (Coronavírus)

Em 2021, apesar de vários desafios relacionados ao COVID-19, a Companhia tomou medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o (a) trabalho em casa para as áreas administrativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não fechadas, (c) limpeza rigorosa dos locais de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testes constantes de todos os colaboradores e terceirizados e (f) medição da temperatura corporal. A Companhia avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados a ao COVID 19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia, bem como o seu futuro operacional.

(c) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de maio de 2022.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demons-

trações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS APLICADOS PELA PRIMEIRA VEZ EM 2021

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e as alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos;
- CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguro;
- CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios;
- CPC 25 / IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado;
- CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e
- CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;

- CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e
- CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

2.3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (“R\$”) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

RECONHECIMENTO E DESCONHECIMENTO

Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mensurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

CUSTO DE AMORTIZAÇÃO

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos

de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO

A Companhia classifica todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

DESRECONHECIMENTO DE PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. A Companhia também

desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.7 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

(c) Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.8 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido

no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.9 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

2.10 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja

adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

(b) Perda (impairment) do direito de uso

O direito de uso da Companhia, representado por direito de exploração da subconcessão, é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

(c) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

SUBCONCESSÃO

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16- “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária, estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para

quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de

reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

4. Gestão de risco financeiro

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

(a) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa restrito, fornecedores e transações entre partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os valores justos para os instrumentos financeiros da Companhia.

	Categoria	2021
Ativos <i>conforme balanço patrimonial</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	256.970
		256.970
Passivos <i>conforme balanço patrimonial</i>		
Fornecedores	Ao custo amortizado	4.966
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	7.297
		12.263

(b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma

obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DEPÓSITOS EM DINHEIRO

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições contábeis é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer

retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021
Recursos em caixa	1
Depósitos bancários à vista	4.058
Aplicações financeiras de curto prazo	252.911
	256.970

As aplicações financeiras referem-se substancialmente às aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências) e foram remuneradas a taxa que varia de 96% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e possuem vencimentos posteriores a 90 dias da data de contratação.

6. Despesas antecipadas

	2021
Seguro garantia	2.075
Seguro de responsabilidade civil	391
	2.466

7. Imobilizado

	Equipamentos de TI	Móveis e Utensílios	Total
Custo			
Em 19 de julho de 2021	-	-	-
Adições	194	549	743
Em 31 de dezembro de 2021	194	549	743
Saldo contábil			
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo total	194	549	743
Depreciação acumulada	-	-	-
	194	549	743

8. Direito de uso

	Outorga da subconcessão (i)	Total
Custo		
Em 19 de julho de 2021		
Adições	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2021	32.730	32.730
Saldo contábil		
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	-	-
	32.730	32.730

(i) Sendo o Contrato de Subconcessão da FIOL um contrato sob a luz do CPC 06 (R2) / IFRIC 16, pode-se afirmar que a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção do arrendamento que não teria sido incorrido se o arrendamento não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Companhia tem cinco anos, a contar da data de assunção do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso amortização é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 03 de setembro de 2055.

9. Fornecedores

	2021
Arrendamentos de curto prazo	1.715
Consultorias e assessorias técnicas	1.307
Seguros, <i>facilities</i> e <i>utilities</i>	715
Eventos e atividades sociais internas	556
Móveis e utensílios	549
Outros	124
	4.966

10. Obrigações fiscais e sociais

	2021
Bônus contratuais	896
Provisão de férias	235
Tributos trabalhistas	305
Tributos retidos sobre serviços	342
	1.778

11. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Em 2021, o saldo passivo de R\$ 7.297 de partes relacionadas, decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN. O contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, tendo vigência de um ano, sendo automaticamente renovado por iguais períodos e sem incidência de encargos financeiros.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores da Companhia, onde, a remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos, em 2021 foi de R\$ 680.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado e integralizado está representado por 266.557.000 ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado, no montante de R\$ 266.557, pelo acionista controlador BAMIN, corresponde ao montante de R\$ 266.557.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu, do seu acionista controlador, BAMIN, adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 32.730, em 31 de dezembro de 2021. A estimativa da administração da Companhia é de integralizar este adiantamento para futuro aumento de capital até agosto de 2022.

13. Despesas gerais e administrativas

	2021
Despesas com pessoal	9.718
Consultorias, assessorias e serviços técnicos	7.676
Arrendamentos de curto prazo	3.268
Viagens, estadias e eventos corporativos	3.341
Seguros, <i>facilities</i> e <i>utilities</i>	1.270
Outros	955
	26.228

14. Resultado financeiro

	2021
Receitas financeiras	
Receitas de juros sobre aplicações financeiras	6.209
	6.209
Despesas financeiras	
Outras despesas financeiras	(9)
	(9)
Resultado financeiro líquido	6.200

Composição da diretoria e gerência financeira

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Diretoria

Sergio Leite
Diretor Presidente

Gustavo Cota
Diretor

Eduardo Ledsham
Diretor

Alexandre Aigner
Diretor Financeiro

Gerência Financeira

Igor Berbert
**Gerente Geral
Financeiro**

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5



www.bamin.com.br